

PAISAGEM, LUGAR E REGIÃO: PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA UMA GEOGRAFIA HUMANA DOS ESPAÇOS VIVIDOS

Angelo Serpa*

Resumo: Pretende-se discutir as diferentes perspectivas teórico-metodológicas para a Geografia humana, a partir da operacionalização dos conceitos de paisagem, lugar e região, apontando para a constituição/consolidação de uma Geografia humana dos espaços vividos. Serão apresentadas, de modo preliminar, as diferentes abordagens em Geografia humana para os conceitos de paisagem, lugar e região, priorizando a discussão sobre a possibilidade de um embasamento a um só tempo dialético e fenomenológico para a operacionalização dos conceitos. Paisagem, lugar e região serão apresentados como caminhos epistemológicos e metodológicos para uma abordagem geográfica focada nas práticas espaciais, nos espaços de representação e nas representações do espaço (LEFEBVRE, 2000), o que aponta para a importância das representações espaciais como elemento intrínseco aos processos de produção do espaço na contemporaneidade. Buscar-se-á, também, lançar as bases de uma Geografia Humana dos espaços vividos, apresentando-a como uma Geografia cognitiva das representações sociais e espaciais, que dê conta das complexas estruturas de representação da sociedade, relacionando a discussão com a operacionalização dos conceitos apresentados (paisagem, lugar e região).

Palavras-chave: Paisagem; Lugar; Região; Espaço Vivido; Geografia Humana.

LANDSCAPE, PLACE AND REGION: THEORETICAL AND METHODOLOGICAL PERSPECTIVES FOR ONE HUMAN GEOGRAPHY OF LIVED SPACES

Abstract: It intends to discuss the different theoretical and methodological perspectives for human Geography starting from the work with landscape, place and region concepts pointing to the constitution/consolidation of one human Geography of lived spaces. There will be presented, so preliminary, the different approaches for the concepts of landscape, place and region in human Geography with the priority of the discussion about the possibility of the work with these concepts on also dialectic and phenomenological bases. Landscape, place and region will be presented as epistemological and methodological ways for a geographical approach focused on spatial practices, on spaces of representation and on the representations of space (LEFEBVRE, 2000), what points for the importance of space representations as intrinsic element of space production processes in contemporarily times. It will also search to present the bases of a human Geography of lived spaces presenting it as a cognitive Geography of social and spatial representations that contemplates the complex structures of society representation connecting this discussion with the work with the presented concepts (landscape, place and region).

Key Words: landscape; place; region; lived space; human Geography.

Introdução

O texto que se segue busca aprofundar a reflexão sobre método em Geografia Humana, compreendendo-se método aqui como o (s) caminho (s) epistemológico (s) que possa (m) dar conta da complexidade dos processos sócio-espaciais em curso na contemporaneidade, o

que aponta também para a articulação de teorias, conceitos e variáveis que busquem responder de modo pertinente inquietações de pesquisa neste campo específico do conhecimento humano. Defende-se uma aproximação a um só tempo dialética e fenomenológica dos conceitos apresentados,

* Professor Titular da Universidade Federal da Bahia, pesquisador CNPq. E-mail: angeloserpa@hotmail.com

para a construção de uma Geografia Humana dos espaços vividos. A articulação entre fenomenologia e dialética justifica-se neste contexto como uma necessidade de método para a compreensão dos processos de produção do espaço, procurando-se explicitar o caráter intersubjetivo, intencional e contraditório destes processos, através de uma abordagem geográfica focada nas práticas espaciais, nos espaços de representação e nas representações do espaço (LEFEBVRE, 2000).

Em um primeiro momento são apresentados os pressupostos do método e, em seguida, de modo preliminar, as diferentes abordagens em Geografia Humana para os conceitos de paisagem, lugar e região. Em um segundo momento, busca-se lançar as bases de uma Geografia Humana dos espaços vividos, apresentando-a como uma Geografia cognitiva das representações sociais e espaciais, que possa dar conta das complexas estruturas de representação da sociedade, relacionando a discussão com a operacionalização dos conceitos apresentados, a partir de exemplos provenientes das pesquisas desenvolvidas pelo autor do artigo, no âmbito das atividades dos Grupos de Pesquisa Territórios da Cultura Popular e Espaço Livre, que coordena no Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

Os pressupostos do método

Como pressupostos de partida para a operacionalização dos conceitos de paisagem, lugar e região em Geografia, deve-se sublinhar que: Forma e conteúdo estão sempre relacionados, a “forma não se separa do conteúdo” (LEFEBVRE, 1983, p. 136); conhecer os fenômenos é não considerá-los como isolados (*op.cit.*, p. 184); o particular funciona como mediação entre o singular e o

universal, e o movimento “que vai de cada um desses termos aos dois outros jamais deve estancar ou coagular” (*op.cit.*, 1983, p. 225); a contradição é aqui considerada como “contradição em ato”, enraizada no conteúdo, no concreto, nas forças em relação e em conflito “na natureza, na vida, na sociedade, no espírito humano” (*op.cit.*, p. 192). Se, por um lado, a razão dialética, que admite o movimento, o devir e a “contradição em ato”, busca superar essa contradição, entre experiência e raciocínio, entre conteúdo e forma (*op.cit.*, p. 188), por outro lado, admite também que “a aparência, a manifestação, o fenômeno, são um reflexo da essência, da realidade concreta, com tudo que implica a palavra ‘reflexo’” (*op.cit.*, p. 217).

Admitir a “contradição em ato” não exclui a noção de “intencionalidade operante”, “aquela que forma a unidade natural e antepredicativa do mundo e de nossa vida” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 16), buscando revelar as essências como relações vivas da experiência, tomando distância do mundo para fazer aparecer as transcendências, para distender “os fios intencionais que nos ligam ao mundo para fazê-los aparecer”, já que a reflexão só se torna “consciência do mundo porque o revela como estranho e paradoxal” (*op.cit.*, p. 10). A fenomenologia não exclui a contradição da razão dialética, justamente porque busca romper a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo.

O mundo fenomenológico é o sentido “que transparece na interseção de minhas experiências, e na interseção de minhas experiências com aquelas do outro (...) ele é portanto inseparável da subjetividade e da intersubjetividade (...) da experiência do outro na minha” (*op.cit.*, p. 18). O mundo intersubjetivo da fenomenologia revela, por outro lado, a transcendência como ato

compartilhado, como transcendência “negociada”, outro tipo de transcendência “cujo contrário é uma imanência inteiramente diversa, a saber, o dar-se absoluto e claro, a autopresentação em sentido absoluto (...) que exclui toda a dúvida sensata” (HUSSERL, 2000, p. 61). É uma transcendência ingrediente, negociada, partilhada, diferente da transcendência para além do dado evidente.

Admitir a possibilidade de um mundo intersubjetivo como transcendência ingrediente, partilhada e negociada, revela que as investigações fenomenológicas são investigações universais de essências, vistas como possibilidades “universalmente em questão”. É conhecimento dirigido para essências genéricas, que assume outro tipo de *a priori*: “o *a priori* na esfera das origens, dos dados absolutos (...) e que tem a ver com os estados de coisas apriorísticos, que se constituem como imediatamente visíveis” (HUSSERL, 2000, p. 79). A consciência dos sujeitos deve, portanto, revelá-los em situação, “e é apenas sob essa condição que a subjetividade transcendental poderá (...) ser uma intersubjetividade” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 9). Essa noção de intersubjetividade não exclui nem o conflito, nem a contradição, ao contrário, os revela em ato, em interação, já que a “causa de um fenômeno qualquer só pode ser o devir do mundo em sua totalidade. Estudar um fato, querer conhece-lo, é – depois de o ter discernido, isto é, isolado pelo menos parcialmente – restituí-lo num conjunto de relações” (LEFEBVRE, 1983, p. 199).

Introduzindo os conceitos: Paisagem, lugar e região

Paisagem: Ao parafrasear Husserl – “a questão pela coisa” – Santos (1995) abre a possibilidade de análise da paisagem numa

perspectiva ao mesmo tempo dialética e hermenêutica. Nessa perspectiva, o enfoque fenomenológico significaria partir das coisas elas próprias, permitindo trabalhar o conceito de cotidiano bem como temáticas como o “simbólico” e o “valor” nas disciplinas territoriais. E partir das coisas, elas próprias, exige tomá-las como manifestações parciais da totalidade, encará-las apenas como particularidades. Um enfoque fenomenológico exige também um retorno à percepção originária, tema da fenomenologia de Merleau-Ponty, diferente da percepção como é pensada pelos racionalistas ou empiristas (TASSINARI, 2004, p. 146-147), já que para ambos “a consciência perceptiva é confundida com as formas exatas da consciência científica, e o indeterminado não entra na definição de espírito” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 56).

A paisagem resulta de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe também um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a estrutura espacial, que é, em princípio, “invisível” e resulta sempre do “casamento” da paisagem com a sociedade (SANTOS, 1994). Não há possibilidade de construção de uma análise crítica da paisagem contemporânea, sem analisar o espaço e o todo estrutural. Uma análise assim deve ser construída a partir da elaboração de uma fenomenologia da paisagem, que busca ver cada paisagem como real-concreto, como “aparição” única e particular de um real-abstrato infinito de possibilidades, cuja essência se revela em cada aparição como o “sentido” de uma série de aparições (SARTRE, 2005). Para Sartre,

uma aparição, finita, indica-se a si própria em sua finitude, mas, ao mesmo tempo, para ser captada como “aparição-do-que-aparece”, exige ser ultrapassada até o infinito. Por isso, a essência está radicalmente apartada da aparência individual que a manifesta, porque a essência é o que deve poder ser manifestado por uma série de manifestações individuais (*op.cit.*). A fenomenologia da paisagem deve revelar o invisível espacial presente no “visível” de cada paisagem, de cada aparição, enquanto “essência”, construindo uma tipologia baseada em sistemas materiais e sistemas de valores. A essência das paisagens como “aparições” está, portanto, no espaço, no todo espacial como real-abstrato, porque em cada paisagem há uma relação com uma realidade espacial potencial, em perpétua mudança. Toda paisagem é transcendente, pois remete sempre ao real-abstrato espacial.

É necessário reconhecer as limitações de uma leitura formal e funcional das paisagens, já que nem sempre a realidade visível esclarece completamente o que de fato acontece no espaço. As paisagens podem “mentir” (CLAVAL, 2004), se não admitirmos que não é somente a “realidade objetiva” que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa. É preciso admitir a paisagem enquanto convivência, explorando seus “fios cruzados e trocas recíprocas” (*op.cit.*, p. 49). Vista assim, a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz (BERQUE, 1998), já que “as sociedades organizam seus ambientes em função da percepção que elas têm deles e, reciprocamente, parece que elas os percebem em função da organização que dão a eles” (CLAVAL, 2004, p. 50).

Lugar: Na Geografia, o conceito de lugar é ora associado a uma análise marxista, pensando-se os lugares como as distintas

versões dos processos de reprodução do capital ao redor do mundo, ora a uma análise fenomenológica e humanista, entendendo-se o lugar como lócus da reprodução da vida cotidiana, permeada por diferentes visões de mundo e diferenciadas ideias de “cultura”. Tais abordagens suscitam questões sobre o papel dos lugares nas cidades contemporâneas, em um contexto de metropolização, fragmentação e homogeneização, que vai conformando lugares hierarquizados por lógicas econômicas e políticas, em geral de caráter extralocal. A metrópole parece negar os lugares, sobrepondo valores e conteúdos hegemônicos às experiências enraizadas na vida cotidiana de cada lugar.

Se considerarmos que sempre agimos a partir de um lugar e que as ações constituem um enredo, uma enunciação, então todos os lugares são lugares da enunciação, base para a reprodução do vivido e para a realização das práticas espaciais. Mas, em um contexto de externalidades, a um só tempo impostas e hegemônicas, há ainda a possibilidade de se falar em um “enredo do lugar”? Quem conta, afinal, os enredos dos diferentes lugares nas metrópoles capitalistas? A primeira questão nos leva a um contexto de competição entre os lugares do mundo, em busca de inserção no mercado de vantagens comparativas e de produção de mais valias relativas, sublinhando a lei de um desenvolvimento desigual e combinado do modo capitalista de produção. Este é um enredo produtor e produto de hegemonias e hierarquias urbanas na escala mundial, o enredo da metrópole, que parece sufocar o enredo dos lugares. Parece, no entanto, que “lugares” existem e persistem nas “brechas” metropolitanas, sobretudo nas áreas populares das metrópoles. No campo fenomenológico o lugar é entendido como um fenômeno da

experiência humana. Os lugares clamam nossas afeições e obrigações, conhecemos o mundo através dos lugares nos quais vivemos. Lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e responsabilidade social (RELPH, 1979). A “distância” é um conceito espacial inexpressivo separado da ideia de objetivo ou lugar (TUAN, 1983). A condição humana supõe um espaço, um conjunto de relações e de trocas, de direções e distâncias, que vão condicionar de algum modo o lugar de sua existência (DARDEL, 1990 [1952]). Estudar os lugares significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a diversidade e a intensidade de nossas experiências de/no lugar (RELPH, 1976, in: HOLZER, 1996; RELPH, 1979). São essas experiências que vão definir o lugar como histórico, relacional e identitário: um espaço que não se pode definir assim deve ser encarado como um não-lugar. Porém, o não-lugar nunca existe sob uma forma pura: lugares se recompõem nele; relações se reconstituem nele. O lugar nunca é completamente apagado e o não-lugar nunca se realiza totalmente (AUGÉ, 1994).

Uma fenomenologia do lugar não esgota a operacionalização do conceito no âmbito da Geografia. Como fenômeno da experiência humana, o lugar também expressa e condiciona a rotina, os confrontos, os conflitos e as dissonâncias, possibilitando uma leitura da vida cotidiana, com seus ritmos e contradições (CARLOS, 2001). Como distintas versões da mundialização (SANTOS, 1994) os lugares são reflexo e condição para a reprodução das relações sociais, políticas, culturais e econômicas nas mais diversas escalas de análise (TUAN, 1983), possibilitando sempre dialetizar a relação sociedade-espaço. A operacionalização do conceito de lugar na Geografia é uma porta de entrada, mas também uma forma de

aprofundamento das análises espaciais, a partir da definição dos espaços de conceituação pertinentes aos fenômenos que se quer explicitar (CASTRO, 1995).

Região: A íntima interligação dos fatos econômicos com os sistemas de valor, tradições e organização social, em qualquer recorte, inclusive no recorte regional, justifica uma abordagem dialética e fenomenológica para o conceito de região na Geografia. Esse entendimento não é novo e remonta à antiguidade clássica. Na Geografia moderna, ele ganhou força com a aplicação da cultura aos problemas geográficos. As geografias “cultural e social confundem-se forçosamente”, já que não se pode analisar a sociedade sem seus atributos culturais (BROEK, 1967, p. 39). Numa regionalização baseada na ideia de região como espaço vivido, caminho apontado por Frémont (1980), a região integraria espaços sociais e lugares vividos, constituindo um “conjunto com estrutura própria” e se distinguindo de outras regiões, por representações específicas, consolidadas na percepção dos habitantes e dos estranhos à região. Assim, se a “identidade cultural” deve servir como paradigma para a definição dos limites de uma região, é preciso compreender os códigos de representação e significação dos grupos sociais que ali vivem. O regionalismo e o discurso regionalista representam posturas ativas dos grupos e agentes sociais no espaço regional e baseiam-se na cultura local vivida, que se serve das identidades culturais para encaminhar as aspirações destes grupos (BEZZI, 1996).

Uma premissa para a construção de uma abordagem sociocultural, política e econômica para o conceito de região é a necessidade de identificar as possibilidades de sua articulação em termos epistemológicos com o conceito de território,

já que o entendimento de uma região como ente social e cultural requer também uma reflexão sobre as implicações políticas deste tipo de enfoque. Concorde-se com Haesbaert (1997) que a região não é um território em sentido amplo, mas um determinado tipo de território. A região é um recorte no espaço geográfico que manifesta sua diferenciação enquanto um território apropriado/controlado de uma maneira a um só tempo concreta e simbólica, através da consolidação de uma identidade territorial. E se a cultura é o centro dos objetivos de uma Geografia que quer compreender o mundo vivido dos grupos humanos, é preciso admitir que o mundo vivido, mesmo que simbolicamente constituído, tem expressão material, não se devendo negar sua objetividade (COSGROVE, 2003).

A região como um tipo de território implica, para sua efetivação, em um discurso performativo, que vai articular um conjunto de signos e representações para legitimá-la enquanto construção simbólica e política, legitimando também uma hegemonia. O discurso regionalista é performativo, porque pretende impor como legítima uma definição de fronteiras e fazer reconhecer a região assim delimitada. Mas, ainda que a região seja uma “construção” humana, não se deve esquecer as relações sociedade-natureza, já que “os referenciais concretos para esta construção simbólica podem ser buscados tanto em elementos naturais que predominem na paisagem (...) quanto histórico-culturais em sentido mais estrito” (HAESBAERT, 1997, p. 55). Nesse contexto, Castro vai enfatizar a dimensão política, simbólica e cultural na constituição de regiões e regionalismos, que se manifestam através da consolidação de uma “consciência regional”. A região ganha aqui contornos de um construto sociocultural, já que é parte constituinte de um imaginário social,

enquanto representação da realidade. Mas, para Castro, ela também é “um espaço de disputa e de poder, base para essa representação que é apropriada e reelaborada, tanto pela classe dominante como por outros grupos que se mobilizam para defender seus interesses territoriais” (CASTRO, 2005, p. 193).

Espaços vividos como espaços da desalienação

Resgata-se aqui a noção de “espaço vivido” a partir da obra pioneira de Frémont, para quem o espaço vivido pode se opor ao “espaço alienado”, partindo-se do pressuposto de que “a alienação esvazia progressivamente o espaço dos seus valores, para o reduzir a uma soma de lugares regulados pelos mecanismos da apropriação, do condicionamento e da reprodução social” (FRÉMONT, 1980, p. 242). Desse modo, os homens se tornam estranhos a si próprios e ao espaço onde vivem. Os espaços alienados se produzem a partir de duas ilusões, destacadas por Frémont, a saber: as nostalgias passadistas e os reordenamentos dogmáticos, que participam nos processos de alienação do espaço e do tempo contemporâneos, substituindo as realidades presentes por paisagens, lugares e regiões idealizados, seja através de perspectivas passadistas, seja a partir de visões futuristas. Frémont defende a ideia de que são justamente as realidades presentes que deveriam fundamentar uma nova perspectiva para a Geografia, pois são elas que “convém essencialmente reconhecer e analisar, conjugando ‘espaço vivido’ no presente” (FRÉMONT, 1980, p. 245).

Conjugar o espaço vivido no presente não pode ser interpretado, no entanto, como uma proposta de análise espacial sem profundidade histórica, muito pelo contrário,

já que é na “duração longa das existências que, em definitivo, se pode construir um espaço vivido sem alienação” (FRÉMONT, 1980, p. 251). Ou seja: uma Geografia humana dos espaços vividos deve ser capaz de resgatar a dialética entre o presente e o passado, entre o presente e o futuro, sendo a um só tempo retrospectiva e prospectiva. E com os “pés” fincados no presente. É essa, em outras palavras, uma dialética da diacronia e da sincronia, das sucessões e das coexistências, como propõe Santos, já que o entendimento dos espaços vividos no presente pressupõe a consideração do eixo das sucessões e do eixo das coexistências. Se, por um lado, “o tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico”, por outro lado, pode-se questionar se, “ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade” (SANTOS, 1996, p. 127). Concorde-se com Santos, em relação ao princípio de que a “simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é o que constitui o domínio propriamente dito da Geografia”, reafirmando, com ele, que o “tempo como sucessão é abstrato” e o “tempo como simultaneidade é o tempo concreto”, o tempo do cotidiano e de uma Geografia humana dos espaços vividos, “já que é o tempo da vida de todos” (SANTOS, 1996, p. 127). Pensar uma Geografia humana assim requer também o reestabelecimento da dialética entre espaços diferenciais e espaços homogêneos, visto que a planificação do espaço objetiva tornar todos os lugares, regiões e paisagens homólogos, “distintos tão somente por sua distância. Objetivo mensurável, o espaço só é representado em função de critérios produtivistas”, segundo Lefebvre (2004, p. 117-118). A matematização do espaço, sua

dominação, se traduz por “cálculos de otimização”, que, em última instância, vão regular os processos hegemônicos de produção espacial na contemporaneidade.

Uma Geografia humana dos espaços vividos reconhece e busca revelar o papel de intermediação do cotidiano e das representações espaciais, nas relações sociedade-espaço, o cotidiano visto aqui como um conjunto de momentos e eventos espaço-temporais, que dá concretude aos processos de alienação e desalienação, revelando também os limites das análises estritamente morfológicas e/ou ecológicas em Geografia, e mediando as dimensões material e abstrata na produção do espaço. A noção de espaço vivido representa, para Frémont, uma ruptura com uma Geografia que se quer demasiadamente objetiva. É uma inversão de olhar, um convite para que os geógrafos se coloquem na posição dos habitantes de um território, para compreender como vivem e produzem/criam espaço. Um convite para se debruçar sobre as dimensões da vida cotidiana e aprofundar o papel das representações nos processos de produção do espaço. Voltaremos mais tarde a essas ideias.

Nesse ponto, convém enfatizar, a partir das afirmações de Carlos (2011) que “o espaço geográfico revela-se em suas dimensões material – que se refere à dimensão física, espaço tempo da vida real (...) concreta – (...) a sociedade produzindo e reproduzindo-se e tomando consciência de sua produção (...) (e) abstrata – (...) o plano conceitual, no qual o conhecimento e a análise descobrem categorias novas” (CARLOS, 2011, p. 66-67). A ênfase nas dimensões material e concreta sublinha a importância do cotidiano para a compreensão do espaço produzido e reproduzido na contemporaneidade, enquanto no plano abstrato, igualmente importante,

representações sociais e espaciais são produzidas em relação dialética com a concretude e a materialidade de lugares, regiões e paisagens, mediando as relações sociedade-espço.

Uma Geografia humana dos espaços vividos é também uma Geografia das representações sociais e espaciais

O sentido de representação defendido aqui extrapola o sentido de ideologia, ou melhor, evidencia-se a diferença fundamental entre os conceitos, como discutido por Lefebvre (2006) no livro "A presença e a ausência", no qual o esforço do autor é o de evidenciar a distinção entre produto e obra e o papel das representações na constituição de ambos. Se o produto depende das representações para "existir", muitas vezes sendo substituído pelas próprias representações em seu percurso que vai da produção ao consumo, as obras, por não serem "consumíveis", têm as representações como parte constituinte, mas não dependeriam destas últimas para "existir". Ou seja, o produto é representação e se confunde com ela, a obra é também representação, mas a atualiza constantemente, permitindo, inclusive, sua superação/transformação. Através de sua reflexão sobre o conceito de representação, Lefebvre fundamenta também uma crítica contundente ao conceito de "ideologia", à confusão em sua formulação, principalmente no campo do materialismo histórico. O autor busca legitimar o conceito de representação como a melhor forma de explicitar as relações de mediação entre sujeito/objeto, ser/pensamento, ideal/real, etc., defendendo a distinção necessária entre as representações que impedem/impossibilitam o surgimento do "possível" daquelas que podem possibilitar sua emergência. E o

"possível" é a sociedade urbana que substitui o "produto" pela "obra", a troca pela apropriação, as quantidades pelas qualidades: Enfim, a utopia lefebvriana de transformação da sociedade capitalista, da realização do urbano em toda sua potencialidade.

No plano abstrato, uma Geografia humana dos espaços vividos é também uma Geografia cognitiva das representações sociais e espaciais, pensada como uma forma de elaboração de conhecimento que dê conta das complexas estruturas de representação da sociedade produzindo e reproduzindo espaço. Assim, o objeto desta Geografia das representações sociais e espaciais deveria ser as lutas a respeito da identidade, as lutas pelo monopólio "de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer grupos" (BOURDIEU, 2000, p. 113).

Se os espaços de representação contêm os espaços percebidos e vividos dos diferentes grupos e classes sociais, é certo que eles contêm e expressam também as lutas e os conflitos dos diferentes grupos e classes pelo domínio das estratégias de concepção desses espaços. Assim, partindo-se da premissa de que há uma dimensão coletiva e uma dimensão individual nas estratégias de representação dos diferentes agentes e grupos é necessário também buscar a operacionalização da noção de "redes sócio-espaciais" na construção de uma metodologia que dê conta da complexidade dos processos cognitivos. A noção de redes de relações sócio-espaciais deve estar na base da formulação de uma metodologia que busque explicar a articulação entre as representações sociais e espaciais dos diferentes agentes e grupos

nos complexos processos cognitivos de representação e apropriação do espaço.

Paisagem, lugar e região como modos geográficos de existência

Passemos à operacionalização dos conceitos de paisagem, lugar e região em nossas pesquisas, compreendendo-os como modos geográficos de existência (RELPH, 1985 *apud* MARANDOLA JR, 2012), constituindo a unidade do ser no mundo (uma ontologia), e revelando as contradições e conflitos em jogo na produção/criação do espaço na contemporaneidade. Reafirma-se aqui que um método a um só tempo dialético e fenomenológico pode revelar novos aspectos da dimensão espacial da sociedade no mundo contemporâneo, sua geograficidade (DARDEL, 1990 [1952]), ou seja: as várias maneiras através das quais conhecemos e nos relacionamos intencionalmente com o mundo, enquanto sujeitos individuais e coletivos, produzindo/criando paisagens, lugares e regiões, como espaços vividos, como espaços relacionais. Entendemos que a lógica do conceito é a lógica da qualidade, norteadas pelo aspecto da “compreensão” sem negligenciar, contudo, o aspecto da “extensão”, como propõe Lefebvre (1983).

Começamos pelo conceito de paisagem: partindo da observação do “real-concreto” de um sistema de espaços livres de edificação em um bairro popular qualquer de uma metrópole brasileira e considerando esse sistema como paisagem, como enxergar, para além do visível, o invisível (ou real-abstrato) que irá fundamentar nossa crítica? Uma descrição de várias dessas paisagens (aparições), baseada no que estas aparições revelam enquanto essência de uma série de aparições (o espaço, o todo estrutural), poderia ser sintetizada da seguinte maneira:

Formação e consolidação de centralidades intrabairro, que determinam uma hierarquia dos espaços livres de edificação existentes; maior diversificação do comércio e dos serviços nas áreas consolidadas como centralidades, onde há também uma apropriação mais intensa e diversificada dos espaços livres de uso coletivo; urbanização espontânea crescente dos espaços livres de edificação de uso coletivo, que tendem a desaparecer nas áreas mais segregadas (menos centrais), especialmente locais não consolidados como de uso público; carência de áreas livres e de lazer, com a concentração dos usuários nas poucas áreas consolidadas como praças e largos nos centros de bairro (SERPA, 2002).

Tal descrição inclui, já para além de um sistema de objetos, também um sistema de ações, mesmo que apenas “vislumbrado”, permitindo a intuição de uma paisagem periférica enquanto essência, que traduz um padrão periférico de ocupação dos bairros populares nas metrópoles brasileiras (SERPA, 2002), também presente em Salvador e São Paulo, onde desenvolvemos nossas pesquisas. Poderíamos ir além e nos perguntarmos por que não enxergamos nessas paisagens a possibilidade de construção de espaços mais cidadãos: Para isso, deveríamos abandonar a consideração dos objetos como “atores” e do “visível” das paisagens como um fim em si mesmo.

A questão da visibilidade das formas urbanas nos processos de requalificação da cidade contemporânea aponta para outro exemplo emblemático: os parques públicos. Uma análise fenomenológica das “aparições” deste tipo de equipamento mundo afora revela a essência ou a razão de série deste fenômeno: a concepção e implantação de parques públicos parecem estar sempre subordinadas a diretrizes políticas e ideológicas (SERPA, 2003; 2007a). Na cidade

contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das classes médias, destino final das políticas públicas, que procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas. No mundo ocidental, o lazer e o consumo das novas classes médias são os “motores” de complexas transformações urbanas (SEABRA, 1996), modificando áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, recuperando e desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer “festivo” (SERPA, 2004; 2007a). A palavra de ordem é de investir em espaços públicos “visíveis”, sobretudo espaços centrais e turísticos, graças às parcerias entre os poderes públicos e as empresas privadas. Projetados e implantados por arquitetos e paisagistas ligados às instâncias do poder local, os parques tornam-se importante instrumento de valorização fundiária na cidade contemporânea, como constatado em nossas pesquisas de campo em Salvador, São Paulo e Paris (SERPA, 2007a).

Pode-se dizer que a paisagem produzida pelos paisagistas, arquitetos e urbanistas é também uma paisagem não-cidadã, já que os parques não podem ser considerados em sentido pleno e irrestrito como públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. Pois a acessibilidade é também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico dos “novos” parques. Muitos desses lugares permanecem “invisíveis” para a maioria da população (SERPA, 2004; 2007a): Existe, portanto, uma distância mais social que física, separando os novos parques daqueles com baixo capital escolar (SERPA,

2004; 2007a). Na cidade contemporânea, o parque público transformou-se em “objeto de consumo”, em expressão de modismos, vendido pelas administrações locais e por seus parceiros empresários como o “coroamento” de estratégias segregacionistas de requalificação urbana (SERPA, 2005; 2007a).

Uma análise crítica da paisagem construída aponta, pois, para a construção de parâmetros que revelem através dos arranjos sócio-espaciais o invisível das formas urbanas visíveis, tratando os objetos técnicos de modo sistemático e globalizante. Nos bairros populares da cidade contemporânea, é necessário afinar o olhar para o sistema de ações que se operacionaliza sobre um sistema de objetos aparentemente inadequado para o lazer e as manifestações culturais e festivas de seus moradores, cuja lógica deve ser compreendida, ao invés de relegada ao plano dos “desvios” ou do “indesejável”. É necessário, pois, se ocupar dos espaços ocultos e residuais, onde a população dos bairros populares compartilha seus encontros, seu lazer e sua diversão. Em nossas pesquisas, consideramos também a necessidade de dialetizar as relações entre sociedade e cultura olhando o bairro como lugar da experiência e da ação. As relações de vizinhança constituem um caso particular de “redes do cotidiano” e são muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecê-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares (KELLER, 1979). As redes de vizinhança, de amizade e solidariedade nos bairros populares de Salvador são exemplos de redes primárias, que, de acordo com Scherer-Waren (2005), têm caráter interindividual ou coletivo, caracterizando-se por serem

“presenciais” e com atuação em “espaços contíguos” (p. 39). Devido à maior possibilidade de comunicação e consequente densidade enquanto rede de ação coletiva, a “rede de vizinhança” pode ser a base para a formação de outras “redes submersas” nos bairros populares da cidade.

As redes submersas são “redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 168). Redes que se constituem a partir de relações de proximidade no cotidiano, como, por exemplo, no uso diário do transporte coletivo para os deslocamentos casa-trabalho ou casa-escola, como enfatizado por muitos de nossos entrevistados nos bairros populares de Salvador. A persistência do movimento de bairro nos espaços populares da cidade serve para revelar que as redes submersas, mais informais e “baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano”, podem tornar-se articulações políticas, a partir da mobilização de pequenos grupos para “interferir nas políticas públicas” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 169). Isso pode originar também relações políticas mais horizontalizadas, com “maior reconhecimento (...) à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico” (p. 172).

Tão importantes quanto o espaço das associações de moradores para elaboração de representações sociais e espaciais assim como de ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador, os terreiros de candomblé, escolas, igrejas, templos, clubes esportivos e campos de futebol constituem sua base espacial, definindo novas formas de relações e articulações sociais numa esfera pública urbana que condiciona e é condicionada por conteúdos culturais e políticos. Esses espaços constituem a “espacialidade primária”, baseada na

contiguidade, para atuação de redes associativistas e submersas, extrapolando, muitas vezes, os limites dos bairros onde se inserem, articulando dimensões e recortes que variam do local ao global. Os terreiros de candomblé em Salvador são exemplares nesse sentido, cumprindo importante papel para a disseminação de ativismos socioculturais nos bairros populares da cidade. Dos 1.138 terreiros cadastrados em 2007 pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, cerca de 30% realizam trabalhos de cunho sociocultural nas áreas onde estão inseridos. Essas atividades podem ser, inclusive, motivo de articulação em rede dos templos religiosos de matriz africana, para além dos limites dos bairros onde estão situados (Jornal A Tarde, 30/7/2006 e 12/5/2007).

As festas são muitas vezes associadas à imagem de Salvador como estratégia de inserção da cidade no circuito turístico nacional e internacional, como lazer e entretenimento para a maioria dos visitantes, turistas e “foliões”. Mas, na Bahia, e particularmente em Salvador, o discurso do resgate e da valorização das tradições afro-brasileiras aponta para a importância da articulação de conteúdos culturais e políticos em uma esfera pública urbana, constituída a partir de redes primárias de sociabilidade/solidariedade nos bairros populares da cidade. Um dos espaços centrais para a reprodução de ideias alternativas de cultura na capital baiana é o terreiro de candomblé. É um espaço de cultura e articulação política, de sociabilidade e solidariedade, como ressaltado por muitos dos entrevistados em nossas pesquisas nas áreas populares da cidade. Alguns desses depoimentos demonstram também a clara ligação entre religiosidade e festividade. Se o catolicismo popular é muito presente nos bairros estudados, também as tradições

afro-brasileiras são determinantes para o surgimento de manifestações culturais particulares, como os blocos afro Ilê Aiyê e Araketu (SERPA, 2007b).

Por outro lado, alguns agentes e grupos protagonistas dos ativismos socioculturais analisados em nossas pesquisas estão cientes da importância dos meios de comunicação para disseminação de suas ideias de cultura e estilos de vida, como o bloco afro Ilê Aiyê, por exemplo. Grande parte das vitórias conseguidas pelo movimento negro na Bahia e pelos terreiros de candomblé deve-se justamente à ampliação de sua atuação para além dos espaços das redes primárias de sociabilidade/solidariedade nos bairros populares, algumas vezes, inclusive, com o apoio da mídia impressa e dos demais meios de comunicação da cidade, incluindo o rádio e a televisão. A importância dos meios de comunicação e de sua apropriação pelas classes populares na capital baiana foi também foco de nossas pesquisas, analisando-se como as rádios comunitárias e os domínios virtuais “alternativos” da rede mundial de computadores subvertem – taticamente – a hegemonia cultural veiculada pela mídia de massa e criam brechas para o restabelecimento da ludicidade como valor transversal, imprimindo, inclusive, novos sentidos à ideia de centralidade. As pesquisas foram posteriormente desdobradas nos bairros populares e nos centros de cultura alternativa de Berlim (SERPA, 2011a).

A relação entre lugar e mídia pressupõe articulação e encontro em processos capitaneados por grupos e iniciativas atuantes na cidade contemporânea, em momentos e espaços específicos. Espaços-tempo de representação e comunicação que vão mediar processos de apropriação sócio-espacial da técnica e sua “tradução” em tecnologia. As técnicas

influenciam o modo como percebemos o espaço e o tempo, não só por sua existência física, mas também pela maneira como afetam nossas sensações e nosso imaginário. Por outro lado, os lugares vão se relacionar de modo diferenciado com as técnicas e os objetos técnicos, de acordo com as condições que oferecem enquanto “meio operacional”, para viabilizar a produção, a circulação, a comunicação, o lazer, etc. (SANTOS, 1996). O que está em jogo nesses processos são relações de proximidade imediata, baseadas em ações solidárias, “comunitárias”, “populares” e/ou “alternativas”, a depender do contexto. Essas relações são condicionadas por táticas diferenciadas de comunicação e representação e, ao mesmo tempo, condicionam a atuação de grupos e iniciativas nos diferentes lugares urbanos, revelando estes últimos como base para a instalação/consolidação de um “meio operacional” para a ação e o discurso.

Nossas análises evidenciam também que as relações entre lugar e mídia vão ser de algum modo determinadas pela densidade deste meio operacional em cada lugar concreto, bem como pela acessibilidade a este meio. Com níveis bastante diferenciados de densidade e acessibilidade, Salvador e Berlim mostram-se, ambas, como aglomerações metropolitanas capazes de oferecer brechas espaciais ou “lugares do possível”, nos termos de Lefebvre (1991), para o uso criativo da técnica e sua transmutação em tecnologia “apropriada”, re-significada pelo uso “popular” e/ou “alternativo”. Pode-se afirmar que, ao se apropriar dos meios de comunicação, enunciando “lugares” nos termos colocados por Certeau (1994), estes grupos e iniciativas exercitam a um só tempo as artes do fazer e do falar, re-significando os lugares onde atuam e efetivando, no cotidiano destas áreas, táticas de uso e apropriação, que se

revelam através de práticas sócio-espaciais específicas. Percebe-se que os lugares são enunciados a partir de elementos histórico-sociais presentes nos lugares de atuação, a partir de uma “efetuação criativa do sistema linguístico”, recontando, inclusive, sob outros olhares, a história das cidades.

Neste contexto, grupos que produzem conteúdos para sites de utilidade pública nos bairros de Salvador vão se apropriar da história dos lugares de atuação, produzindo conteúdos para a internet os quais, de certo modo, revelam certa congruência com o histórico de desenvolvimento urbano da cidade. O contraste entre Cidade Baixa e Cidade Alta, evidenciado pela atuação destes grupos, por exemplo, remete aos primórdios da ocupação urbana na capital baiana. Em Berlim, os grupos e iniciativas analisados defendem a ideia de uma cidade “provinciana” e “bairrista”, composta de “aldeias” e “vilas”, mas, ao mesmo tempo, falam da capital alemã como lugar multicultural e cosmopolita, discurso traduzido em uma ação localizada em bairros e distritos, mas fortemente articulada com outros recortes espaciais (região, estado-nação, países de língua alemã, etc.). A história de constituição da cidade - Berlim cresceu anexando vilas, aldeias e cidades vizinhas, que hoje constituem seus bairros e distritos - mostra que a ação e o discurso destas iniciativas não negam ou deturpam significativamente os fatos históricos, se apropriando deles para contar, à sua maneira, novos enredos sobre o “lugar” Berlim. Alguns desses distritos vão se sobressair no conjunto da cidade como lugares privilegiados para a atuação das iniciativas analisadas, ganhando status de bastiões da cena “alternativa” e da diversidade cultural, condicionando as táticas de representação dos grupos. Na capital baiana, por outro lado, ao invés de vistos

como alternativos ou multiculturais, os espaços de representação dos grupos pesquisados ganham atributos diferenciados, caracterizando-se como “populares” ou “comunitários”.

Nestes processos, as representações precisam ser “comunicadas”, para que os lugares sejam enunciados de modo eficaz, ainda que, na maior parte das vezes, essas representações sejam ignoradas pelos meios de comunicação de massa. O modo como os lugares serão “comunicados” vai ser fortemente condicionado pelos meios disponíveis em cada lugar: modos mais diretos e “rudimentares” (rádios comunitárias LM, de alto-falantes, nos bairros populares de Salvador) ou formas híbridas e com maior conteúdo “técnico”, que misturam de modo eficaz internet, vídeo e rádio em plataformas complexas de comunicação (caso do Canal Aberto de Berlim, por exemplo). Em todo caso, a acessibilidade às novas técnicas de informação e comunicação e as possibilidades disponíveis para sua apropriação por estes grupos e iniciativas são cruciais para a enunciação de lugares que articulem recortes que vão do local ao mundial. Isso mostra que o lugar é sempre processual e que a articulação de recortes/escalas geográficas será tanto mais ampla como mais complexa conforme a capacidade de articulação dos grupos envolvidos. Os lugares serão sempre multiescalares, mas os recortes espaciais envolvidos serão mais complexos e mais diversos de acordo com a acessibilidade/a disponibilidade de recursos técnicos nas respectivas áreas de atuação dos grupos analisados.

Através da experiência continuada de investigações sobre as manifestações culturais em bairros populares de Salvador, posteriormente desdobradas em estudos sobre a apropriação sócio-espacial dos meios de comunicação pelas classes populares,

surtem novas questões de pesquisa, relacionadas a um fato novo no âmbito estadual: a partir de 2007, o governo da Bahia vem implementando uma nova política de regionalização do Estado, baseada na ideia de “territórios de identidade”, que substituem as regiões econômicas no norteamento das políticas públicas. Trata-se de um processo de regionalização que vem influenciando também a distribuição dos recursos de fomento à cultura na Bahia, visando a uma desconcentração dos investimentos públicos da Região Metropolitana de Salvador em direção ao interior do Estado e ao apoio de manifestações culturais populares, até então preteridas em função de manifestações da cultura dita “erudita”. Com as novas pesquisas busca-se entender como cultura e poder se articulam nos embates entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano e regional, que vão redundar em políticas específicas em forma de programas, planos e projetos. A questão central aqui é analisar de que modo bairros, cidades e regiões são articulados enquanto escalas de abordagem numa arena política que coloca a cultura no centro de um processo de regionalização institucional do território estadual. Já foram levantados dados em três territórios: o Metropolitano de Salvador, o Recôncavo e o de Vitória da Conquista.

A nova regionalização foi pensada não somente como instância aglutinadora e articuladora de políticas estaduais: Os territórios de identidade foram tomados, desde então, como unidades de planejamento e controle social das ações de governo, o que implica no relacionamento permanente entre os colegiados territoriais constituídos. A estratégia é a de aproximação entre os representantes da sociedade e do governo estadual, visando à ampliação da participação popular no processo de planejamento

regional (SERPA, 2011b). Os colegiados territoriais representam uma instância aglutinadora para a discussão do Plano Plurianual de investimentos (PPA): Para a constituição do Conselho de Acompanhamento do Plano, cada uma das unidades territoriais elegeu representantes para acompanhar a execução do orçamento. Percebe-se, portanto, uma preocupação em envolver os colegiados territoriais na discussão e na elaboração do PPA, o que é interessante, pois uma regionalização institucional de base “cultural” vai nortear os investimentos públicos nas diferentes unidades territoriais. Porém, uma análise da distribuição dos recursos por território do PPA 2008-2011 demonstra que a Região Metropolitana de Salvador ainda concentra a maior parte dos investimentos (39,46%).

Na Secretaria de Cultura estadual (SECULT), o desafio principal é a constituição de um sistema de gestão da cultura com atuação autônoma e articulada das três esferas de governo. Na justificativa da Proposta de Emenda à Constituição – PEC 416/2005, que cria o Sistema Nacional de Cultura, os municípios e as instâncias locais de decisão aparecem com destaque, evidenciando que nas políticas de desenvolvimento cultural na Bahia houve uma transposição de um modelo adotado em nível federal. Nessa passagem, do federal ao estadual, a SECULT vem assessorando as prefeituras para a articulação de sistemas municipais, seguindo o modelo adotado pelo MINC. Uma das maiores limitações para a implementação de políticas de desenvolvimento territorial e cultural norteadas pelos princípios da descentralização e da municipalização é a fragilidade institucional e técnica de muitas das municipalidades.

A articulação em rede das instituições públicas e a constituição de sistemas setoriais

para a execução das políticas é, sem dúvida, um avanço. Mas há também muitos desafios. O primeiro diz respeito à organização da sociedade civil nos territórios e municípios. As políticas parecem avançar mais naqueles territórios e municípios onde a participação e a organização da sociedade já eram significativas, antes mesmo da nova regionalização. Faz-se necessário, nesse contexto, analisar de que modo os municípios vão se articular em torno das novas unidades territoriais. Ou, como regiões são articuladas enquanto escalas de abordagem numa arena política que coloca a cultura e as “identidades regionais” no centro de um processo de regionalização institucional. Questiona-se também até que ponto um processo de regionalização assim, que priorize uma abordagem sociocultural para o conceito de região, pode aproximar a atuação da sociedade e do Estado na articulação de políticas culturais e de desenvolvimento regional. Busca-se ainda distinguir as regionalizações que se constroem no dia a dia dos habitantes e que vão consolidando uma “consciência regional” como reflexo e condição de uma apropriação simbólica e material do território (BEZZI, 1996), e as regionalizações institucionais como base para estratégias estatais de desenvolvimento regional. O desafio é a construção de convergências entre esses dois processos, que são distintos e implicam em rebatimentos evidentes no planejamento regional/territorial.

Considerações Finais

Ao final deste artigo reafirma-se a importância de uma Geografia humana dos espaços vividos, cujas bases devem e podem ser construídas a partir de uma abordagem dialética e fenomenológica das relações sociedade-espço. Poucos estariam dispostos

a contestar o papel central do “espço” enquanto conceito-chave na produção do conhecimento geográfico. Isso é, com certeza, a especificidade maior da Geografia, sua razão de ser perante as outras ciências. Os estudos da dimensão espacial da sociedade e da dimensão social do espaço colocam a Geografia diante da árdua tarefa de operacionalização do conceito de “espço” em sua dimensão empírica. Para Santos (1992), como a própria sociedade que lhe dá vida e anima, o espaço deve ser considerado como uma totalidade. Porém, assim considerar o espaço é “uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes” (SANTOS, 1992, p. 5).

Esta regra de método requer a eleição de conceitos auxiliares, assim como o estabelecimento de categorias e variáveis pelo sujeito que pesquisa, como a base primeira de toda dedução. Mas, para a análise do espaço não basta apenas a definição de conceitos, categorias e variáveis, mas antes a possibilidade de fazê-los interagir e relacionar-se no momento da pesquisa. Acreditamos que a Geografia dispõe de uma “constelação de conceitos”, como propõe Haesbaert (2010), que podem focar diferentes dimensões da relação sociedade-espço – política, econômica, cultural, social – apostando na compreensão da dimensão espacial da sociedade, revelando os processos de produção espacial na contemporaneidade e indicando outras visões possíveis de mundo.

Uma Geografia humana dos espaços vividos, como aqui proposto, ultrapassa a ideia de localização e organização do espaço, reafirmando os processos de produção espacial, que vão da acumulação à reprodução das relações capitalistas de produção, como “questão social”. Segundo

Carlos, “a noção de produção (...) permite reconstituir o movimento do conhecimento geográfico, a partir da materialidade incontestável do espaço, para buscar os conteúdos mais profundos da realidade social em direção à descoberta dos sujeitos e de suas obras” (CARLOS, 2011, p. 58). Como afirma Frémont, esses processos vão produzir muitas vezes paisagens, lugares e regiões rejeitados por seus habitantes, “espaços eventualmente muito belos nos planos e desumanos na realidade vivida” (FRÉMONT, 1980, p. 253). Se admitirmos que toda a “complexidade da obra geográfica reside no fato de só excepcionalmente ser devida à liberdade criadora de um único artista” e que “o espaço local, a maior parte das vezes, e os espaços regionais em todos os casos, nunca tiveram autores que não coletivos” (*op. cit.*, p. 252), então talvez seja necessário também falar de uma “verdadeira criação do espaço” como contraponto à ideia de “produção”, calcada na lógica industrial, de planificação e ordenamento espaciais.

Em todo caso, é necessário admitir a complexidade destes processos de produção espacial no período contemporâneo, que misturam de modo contraditório e conflituoso aspectos funcionais e simbólicos, materiais e imateriais, rejeitando a simplificação dos estudos de cunho estritamente morfológico ou ecológico e assumindo um método a um só tempo fenomenológico e dialético para “dialogar com o mistério do mundo” (MORIN, 2010, p. 232) no período contemporâneo; garantindo um momento fenomenológico em nossas pesquisas, de modo a revelar os paradoxos do cotidiano, assumindo o estranhamento e a surpresa como forma de compreensão da realidade; passando da fenomenologia à análise dialética dos diferentes espaços de conceituação/representação, tomando o

cotidiano e os espaços vividos/de representação como possibilidades para analisar os trânsitos entre escalas geográficas e as contradições/conflitos daí advindos.

Conceitos científicos são elaborações da realidade vivida, mas também condicionam e criam mundos próprios. A questão central é como teorias e conceitos de uma Geografia humana dos espaços vividos podem dialogar e interagir também com outras formas de conhecimento geográfico, outros modos de produzir, criar e representar espaço, com as paisagens, lugares e regiões vernaculares, enraizados na sabedoria e na experiência populares, com as filosofias espontâneas e as histórias vividas, buscando prospectar outros mundos e futuros possíveis. E, para isso, é necessário apostar também no papel da imaginação na produção do conhecimento geográfico, em “uma poética do espaço” (BACHELARD, 1998), pois, afinal, não há como prever mundos e futuros possíveis sem conceber um método para imaginá-los.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, M. **Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus Editora, 1994.
- BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.
- BERQUE, A. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 84-91.
- BEZZI, M. L. **Região - Uma (re)visão historiográfica** - Da gênese aos novos paradigmas. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista/Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 1996.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BROEK, J. O. M. **Iniciação ao estudo da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CARLOS, A. F. A. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. **A produção do espaço urbano – Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 53-73.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CASTRO, I. E. de. **Geografia e Política** – Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTRO, I. E. de. O Problema da Escala. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 117-140.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.
- CHOAY, F. Conclusion. In: MERLIN, P. (dir.) **Morphologie Urbaine et Parcellaire**. Saint-Denis : Presses Universitaires de Vincennes (PUV), 1988, p. 145-161.
- CLAVAL, P. A Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagens, Textos e Identidade**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004. p. 13-74.
- COSGROVE, D. Em Direção a uma Geografia Cultural Radical: Problemas de Teoria. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 103-134.
- DARDEL, E. **L'homme et la terre**. Paris: Editions du CTHS, 1990 [1952].
- FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Portugal, Coimbra: Livraria Almedina, 1980.
- HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**. Niterói: EDUFF, 1997.
- HOLZER, W. A Geografia Humanista: Uma Revisão. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 8-19, 1996.
- HUSSERL, E. **A ideia da fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 2000.
- KELLER, S. **El vecindario urbano: una perspectiva sociológica**, 2ª Edição. México: Siglo XXI Ed., 1979.
- LEFEBVRE, H. **La Presencia y La Ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. México. Fondo de Cultura Económica, 2006.
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 2a reimpr. Belo Horizonte : Editora da UFMG, 2004.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4^e édition. Paris: Anthropos, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. 3. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1983.
- MARANDOLA JR, E. Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia. **Geografia**, v. 37, n. 1, p. 81-94, janeiro a abril de 2012.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2006.
- MERLEAU-PONTY, M. **Conversas - 1948**. 3. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2004.
- MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.
- RELPH, E. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 3ª Edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 1994.
- SANTOS, M. Salvador: Centro e Centralidade na Cidade Contemporânea. In: GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras (Org.). **Pelo Peló**:

História, Cultura e Cidade. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 11-29.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 3. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1992.

SARTRE, J-P. **O Ser e o Nada**. Ensaio de Ontologia Fenomenológica. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

SCHERER-WARREN, I. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 29-50.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia das Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. **Anais...** Salvador: NPGA/UFBA, 1996. p. 165-176.

SEABRA, O. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Sousa (org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

SERPA, A. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Editora Contexto, 2011a.

SERPA, A. Políticas públicas e o papel da Geografia. **Revista da ANPEGE**, v. 7, p. 37-47, 2011b.

SERPA, A. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007a.

SERPA, A. **Cidade Popular**: Trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA, 2007b.

SERPA, A. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo - SP, v. 15, n. 15, p. 21-37, 2004.

SERPA, A. Parque público e valorização imobiliária nas cidades contemporâneas: Tendências recentes na França e no Brasil. In: Encontro Nacional da ANPUR: Encruzilhadas do Planejamento - Repensando Teorias e Práticas, 10., Belo Horizonte, 2003. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUR/UFMG, 2003, CD-ROM.

SERPA, A. A Paisagem Periférica. In: YASIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Editora Contexto, 2002. p. 161-179.

SOLIDARIEDADE do Candomblé. **Jornal A Tarde**, Salvador, 30/7/2006.

SOUZA, M. J. L. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989.

TASSINARI, A. Posfácio. In: MERLEAU-PONTY, M. **O Olho e o Espírito**. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. p.143-161.

TERREIROS cumprem papel social em suas comunidades. **Jornal A Tarde**, Salvador, 12/5/2007.

TUAN, Y.-F. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.